



Anais da Assembléia

Nº 21

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 02 DE ABRIL DE 1979

ANO V

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA
ATA DA 19.ª SESSÃO ORDIDÁRIA
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 1979
SEGUNDA-FEIRA**

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Tadeu Lúcio Machado.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Ivo Thomazoni, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 151/78, de sua autoria, que visa declarar de utilidade a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) Basílio Zanusso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. DORVALINO PRATES, ex-Vereador de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo infausto passamento do Senhor Osmário Zanatta, ocorrido a 31 de março

p. passado, em acidente automobilístico.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada à Rua Lycio de Castro Veloso, n.º 758, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ARMANDO JOST, Assessor da Prefeitura de São Miguel do Iguaçu, tendo sido anteriormente Assessor da Prefeitura de Medianeira.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) Ivo Thomazoni.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado um voto de aplausos à direção da TV-Paranaense, Canal 12, de Curitiba, pela edição, no último dia 29, do programa especial alusivo ao aniversário de emancipação política da Capital paranaense.

Requer, também, que, após ouvido o Plenário, seja dada ciência da manifestação da Assembléia Legislativa, ao jornalista Francisco da Cunha Pereira Filho, diretor-geral daquela Organização.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979

(a) José Domingos.

Apoiamento: Adalberto Daros.

JUSTIFICATIVA:

Aquela programação especial foi, sem dúvida alguma, uma das mais realistas demonstrações do gabarito dos profissionais que atuam naquela importante empresa de comunicação social. Muito feliz foi, também, o assunto enfocado: Curitiba, desde o seu nascimento, até os dias atuais. Mais do que uma complexa reportagem, ela vale, também, pela cultura contida ao longo de todos os momentos daquela programação especial, que teve como uma das finalidades, homenagear Curitiba e sua gente, no dia em que a Capital do Paraná vivia mais um momento de muita festividade alusiva à sua emancipação política.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O presente pedido de voto de apoio e congratulações tem razão de ser, pelo fato de que a classe dos professores de há muito reivindicam tal medida, sendo uma velha aspiração, justa por sinal, do magistério brasileiro.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) José Tavares.

JUSTIFICATIVA:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o Plenário, que seja concedido um voto de apoio e congratulações ao projeto de Emenda Constitucional, de iniciativa do Deputado Federal Álvaro Dias, que dispõe sobre a aposentadoria dos Professores, sob os regimes estatutários e da Consolidação do Trabalho, aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço.

Requer, outrossim, que seja dado ciência do presente

ao Parlamentar antes mencionado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, voto de congratulações e aplausos ao eminente Doutor MÁRIO JORGE, presidente da Associação dos Advogados do Paraná e destacado criminalista, pelo recebimento da "MEDALHA DE OURO", no programa Flávio Cavalcanti, da Rede Tupi de Televisão.

Requer, outrossim, que do presente, dê-se ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Ao instituir tal tipo de homenagem, o jornalista Flávio Cavalcanti prometeu somente entregá-la para pessoas que realmente ganhem destaque nacional pelo valor profissional e humanitário que possuam. Roberto Carlos, o consagrado cantor, foi o primeiro deles. Para alegria do Paraná, o segundo a receber tal homenagem (MEDALHA DE OURO) foi o valeroso advogado MÁRIO JORGE, cujo talento e humildade se constituem em armas poderosas para o seu sucesso. No momento em que o Brasil se levanta, através de uma cadeia de televisão, para aplaudir o honrado advogado, nada mais justo do que a Casa do Povo paranaense também preste a sua sincera homenagem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, sejam encaminhados telegramas de congratulações ao Excelentíssimo Senhor General João Baptista Figueiredo, Digníssimo Presidente da República e ao Excelentíssimo Senhor Doutor Murilo Macedo, Digníssimo Ministro do Trabalho, pela medida tomada pelo Governo Federal no sentido de não admitir que sejam demitidos trabalhadores do ABC paulista, após o acordo firmado entre patrões e empregados, e que pôs fim ao movimento reivindicatório dos metalúrgicos, que já vinham preocupando toda a Nação.

A afirmação, no dia de ontem, do Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, de que o Governo Federal não aprovará a demissão de trabalhadores, vem comprovar, uma vez mais, que o Governo brasileiro está vivamente interessado em solucionar o problema, sem prejudicar ninguém, demonstrando estar acompanhando de perto o desenvolvimento dos fatos, e pronto a intervir no interesse de ambas as partes.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1979.

(a) Pinto Dias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, seja encaminhado veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, para que tome medidas mais afetivas, no sentido de amparar o grande contingente de comerciantes, de pequenas e médias empresas, que estão sofrendo intensamente com o problema dos altíssimos níveis a que chegou a taxa de juros.

Torna-se urgente adotar uma política mais eficaz no setor. É necessário reduzir o custo do dinheiro, combater a especulação financeira pois ela é, realmente, um dos motivos mais importantes da realimentação permanente do processo inflacionário que hoje atinge o país.

É no campo econômico que se localiza agora o maior

desafio ao novo Governo. O juro é o preço do uso do dinheiro. As taxas de juros acompanham a inflação, e as instituições financeiras aproveitam ainda para cobrar juros elevadíssimos, além das taxas de serviços.

O pequeno comerciante, a pequena e média empresa estão passando enormes dificuldades para pagar as elevadíssimas taxas de juros cobradas pela agências financeiras.

E não é somente o comerciante, a pequena e média empresa, mas a maioria do povo brasileiro sobre as consequências danosas desse fato.

O prioritário problema do custo do dinheiro, Senhores Deputados, há poucos dias atrás, foi localizado através de pronunciamento do Excelentíssimo Senhor General João Baptista Figueiredo, Digníssimo Presidente da República, dizendo na oportunidade, que os banqueiros devem se preocupar em baixar os juros sob pena de colocar em risco o principal de suas aplicações.

O próprio Chefe do Governo está reconhecendo o elemento de instabilidade representado pelos altíssimos níveis que chegou, no Brasil, a taxa de juros. Cumpre, agora, alterar de vez, a política monetarista que nos orientou, de forma a submeter a mercadoria dinheiro ao controle das prioridades nacionais.

E se, através deste requerimento, solicitamos medidas mais afetivas no sentido do Governo Federal amparar principalmente o comerciante, a pequena e média empresa, é porque estamos sentindo que são eles os que sofrem as maiores consequências dessa situação.

Salientamos que somente com o controle do custo do dinheiro permitiremos o fortalecimento da economia nacional, permitindo que a atividade produtiva se habilite a gerar mais empréstimos e a ampliar a produção de bens de que o brasileiro ainda é carente.

É preciso, com urgência, Senhores Deputados, que o Governo aplique alguma forma de controle sobre o preço do dinheiro. É preciso fixar padrões máximos para a remuneração do dinheiro, principalmente atendendo-se à importância social da moeda como linha de referência nos negócios particulares e públicos.

A sociedade brasileira confia em que o nosso Governo ataque de frente o problema, a fim de que possamos contar com tranquilidade nos negócios e segurança do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 2 de abril de 1979.

(a) Pinto Dias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o encaminhamento de justo e necessário apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Administração, no sentido de determinar providências para reparos na Escola "Rui Barbosa", situada em Lagoa Grande, Município de Araucária, principalmente em uma de suas salas que apresenta aspecto incondizente com as finalidades a que se destina.

O apelo, além de demonstrar a preocupação do signatário em propiciar ambiente próprio à ministração do ensino, encontra plena justificativa na contribuição emprestada à melhor conservação dos próprios estaduais.

Aprovado o requerido, solicita o autor que o apelo a ser encaminhado se faça acompanhado de cópia do presente.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979

(a) Carlos Zanlorenzi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições e com respaldo do Regimento Interno e do Plenário, REQUER seja enviado um veemente apelo ao Ministro do Trabalho, para que seja instalada uma Delegacia Regional do Ministério, na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

Cascavel é hoje uma cidade-polo que lidera uma população de quase um milhão e meio de habitantes, sendo que só aquele município possui aproximadamente cento e oitenta mil habitantes.

Esta vasta região, esta multidão de paranaenses que constroem, não apenas a grandeza agrícola, mas atualmente a maior Hidroelétrica que é Itaipu.

É natural que a migração de brasileiros de tantos Estados e até estrangeiros que afluiram para a nossa região, viesse trazer problemas de natureza trabalhista. Não são poucos os que necessitam de acertar sua documentação. Não são poucos os que precisam resolver assuntos trabalhistas. Sem uma delegacia regional, eles têm que perder tempo, têm que buscar cidades distantes o que se traduz, em última instância, em despesa.

Tendo em vista tratar-se de uma cidade-polo, cremos que a nossa proposição merecerá aprovação desta Casa que sempre mostrou sensibilidade aos problemas humanos, especialmente do trabalhador que com seu suor e seu trabalho constrói a grandeza e o nosso progresso.

Tanto mais ainda que Cascavel representa uma vasta região, que abrange grandes cidades como Cândido Rondon, Foz do Iguaçu, Toledo, Palotina, Terra Roxa, Guaíra, Céu Azul, etc., onde igualmente existem trabalhadores e assalariados, quer nas indústrias, quer no campo.

A instalação desta delegacia regional, certamente terá acolhimento, junto ao Ministério do Trabalho, pois justifica-se plenamente nas atuais circunstâncias do desenvolvimento daquela área oestina.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando o retorno urgente da OPERAÇÃO BANDEIRA DOIS, visando melhor proteção e segurança dos motoristas de táxi de Curitiba.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Durante o tempo em que a "Operação Bandeira Dois" estava sendo efetivada na Capital paranaense, nenhum caso de latrocínio ocorreu, pois a "blitz" foi realizada de maneira eficiente e prática. Depois, a operação foi suspensa e o que notamos foi um maior número de assaltos, inclusive com vítimas fatais. Dias atrás, a classe dos motoristas profissionais foi abalada com a morte de um companheiro, vitimado por assalto. O desaparecimento e morte brutal de Irineu Ignoszewski traumatizou a todos e trouxe tranquilidade aos taxistas. Agora, outro motorista desapareceu (Nelci Ramos de Lima), provavelmente seqüestrado por assaltantes. Uma ação preventiva da nossa polícia é muito importante para minorar o problema, por isso pedimos o retorno urgente da OPERAÇÃO BANDEIRA DOIS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando melhor

policciamento junto a Praça Bento Mossurunga, e também, Ginásio Júlio Mesquita, no bairro Jardim das Américas, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Tanto a Praça Bento Mossurunga, como o Ginásio Júlio Mesquita, receberam melhoramentos por parte do Governo, quando lá foram construídas várias canchas para a prática das mais diversas modalidades esportivas. O Ginásio inclusive, recebeu melhorias estéticas, com a colocação de novas vidraças. Acontece que, principalmente no período noturno, vândalos têm apedrejado as janelas daquele estabelecimento, além de mexer com as mocinhas que estudam à noite, provocando algazarras naquela região. Na praça, vários rapazolas se reúnem para conversar, partindo depois para destruição do patrimônio público, além de violar a lei do silêncio. Uma viatura do Copom ou mesmo da Rádio Patrulha, em plantão permanente junto àqueles locais, poderá tranquilamente resolver o problema, para segurança de milhares de habitantes das proximidades do logradouro e do ginásio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Jaime Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba, sugerindo uma transformação na ornamentação do bairro de Santa Felicidade, possibilitando melhor condição de tráfego para veículos e pedestres, além de beneficiar ao comércio local, prejudicado atualmente com os inúmeros jardins que geram a falta de estacionamentos.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Um dos locais da cidade, onde o turismo é uma realidade, gerando desta forma um espetacular fluxo de pessoas, é Santa Felicidade. Principalmente aos sábados, domingos e feriados além de diariamente no período noturno. Assim sendo, milhares de veículos circulam pela Avenida Manoel Ribas todos os dias, em direção aos restaurantes e casas noturnas lá existentes. Com a remodelação daquela via (época da comemoração do centenário da colonização italiana) vários pequenos jardins foram colocados, com floreiras que hoje estão em total abandono. Além disso, alguns bancos também fizeram parte da alteração paisagística. Acontece que alguns jardins invadiram a pista de tráfego de veículos e alguns motoristas avançam com seus carros sobre os mesmos, destruindo plantas, afundando terreno e provocando prejuízo para o patrimônio público. Os moradores do bairro e os comerciantes em geral, pedem uma urgente reformulação do sistema. Se faz necessário um urgente estudo por parte do setor de Urbanismo da Prefeitura, pois o bairro de Santa Felicidade se constitui em imento patrimônio da Cidade de Curitiba e deve ser cuidado como tal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando instalação de posto telefônico na localidade de SÃO PEDRO, Município de Toledo.

Distante da sede municipal mais de trinta quilômetros, a localidade de SÃO PEDRO possui aproximadamente quinze mil habitantes, não havendo até o momento, nenhum sistema de comunicação que não o rodoviário. Portanto, urge com que se instale, o mais breve possível, um posto telefônico para que

se possa atender aquela população.

Requer também, o envio de correspondência, comunicando o presente, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Toledo e ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal do mesmo município.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) Nelton Friedrich.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor deste, uma vez atendidas as formalidades regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhada solicitação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General João Batista de Oliveira Figueiredo, e ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho, Doutor Murilo Macedo, para que haja imediata anulação da medida intervencionista nos sindicatos da categoria do ABC paulista, com a conseqüente volta das diretorias afastadas dos comandos sindicais, o que representaria o respeito democrático à luta dos trabalhadores, dignificando a disciplina e séria mobilização operária por melhor justiça social.

Requer-se ainda, a comunicação da decisão desta Assembléia, aos sindicatos em referência.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) Nelton Friedrich.

JUSTIFICATIVA:

a) — a vontade demonstrada na prática, de participação dos trabalhadores, no processo desenvolvimentista do Brasil, está se tornando no aspecto mais expressivo da atual conjuntura nacional, pois que embora sufocados pelo autoritarismo e modelo opressivo impostos aos brasileiros, está havendo a libertação das amarras de tal imposição autoritária;

b) — acresce-se mais, que os trabalhadores, de maneira organizada, liderados com autenticidade e disciplina, acabam de por fim - de fato - à legislação arcaica, arbitrária e injusta, ora existente em nosso país, ao mesmo tempo que põem fim ao peleguismo no setor;

c) — sendo considerado legítimo o movimento, há que se acabar com os detalhes que buscam repelir a ação operária, pois toda lei deve servir o povo e não ser instrumento para infelicitá-lo ou oprimi-lo;

d) — por conseguinte, é imperiosa a anulação imediata da intervenção nos sindicatos da categoria do ABC paulista, para que as diretorias afastadas reassumam suas posições, posições estas que engrandeceram os operários e deram uma demonstração ao Brasil da força democrática dos trabalhadores, numa nova perspectiva na difícil luta entre capital e trabalho e injustiças ora existentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, atendidas as formalidades regimentais, REQUER a inserção nos Anais desta Casa, da íntegra da matéria publicada no jornal "Folha de Londrina", em sua edição de 31/03/79, página 02, sob o título "DOCENTES NÃO ACEITAM ADMINISTRADOR DO HU".

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) José Tavares.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 24/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada "ESTRADA MISDEI MORESCHI, a PR-546 estrada que liga o Município de Itambé ao Município de Floresta.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua pu-

blicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Misdei Moreschi, foi um político que deixou lastro dos mais significativos durante a sua vida pública. Prefeito Municipal de Itambé, por duas gestões, conquistou com o seu trabalho e também com o seu exemplo de dedicação à causa pública, o respeito e a consideração não só da comunidade de Itambé, como também de toda a região circunvizinha. A população urbana e rural de Itambé, num reconhecimento público, está a exigir que a sua imagem não fique no ostracismo, mais sim receba o reconhecimento público, denominando aquela importante estrada de ligação com o Município de Floresta com o nome de seu benfeitor, falecido em 12 de maio de 1977. Com isso estamos atendendo ao apelo que a própria Câmara Municipal de Itambé formulou ao Governo do Estado e que esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis, para que exemplos dignificantes de personalidades públicas, fiquem registrados e sirvam de exemplo às novas gerações que nos sucederão no trato da causa pública.

PROJETO DE LEI N.º 25/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGÉLICA DA FAMÍLIA, com sede em Reserva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979.

(a) Augusto Carneiro.

JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EVANGÉLICA DA FAMÍLIA, da cidade de Reserva, é uma sociedade civil, que tem por finalidade organizar e manter um serviço de beneficência às pessoas necessitadas, sem distinção de credo religioso, cor e raça; dar assistência espiritual às mesmas pessoas; não tem fim lucrativo, sendo justo, portanto, o seu reconhecimento de utilidade pública, para o que espera a acolhida dos nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No horário reservado ao Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Curitiba, a Cidade Sorriso, comemorou no último dia 29 de março o seu 286.º aniversário.

Marcando o acontecimento, o Governador Ney Braga, em memorável reunião, realizada no Palácio Iguaçu, assinou a aprovação do projeto de adequar a edificação onde, durante cinquenta e quatro anos, funcionou a tradicional Fábrica Estearina, no Centro Cívico, para uso da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e do Teatro Infantil de Curitiba.

É oportuno ressaltar a operosidade do Prefeito Jaime Lerner que, tendo assumido o cargo há apenas três dias do encontro, formulou o excelente plano cultural, que apresentou ao Governador.

Inegavelmente, o retorno do notável administrador, referendado por esta Casa, representa a continuidade da obra de progresso econômico sem prejuízo ao padrão de vida do curitibano.

Esta preocupação, aliás, Jaime Lerner já demonstrou quando de sua primeira passagem pela Prefeitura Municipal de Curitiba, no período de 1971 a 1975. Algumas das inéditas soluções que então anunciou e implantou apesar das

polêmicas, hoje são defendidas não apenas por muitos contestadores da época, mas também por eminentes urbanistas de outras cidades que se louvam no exemplo de Curitiba.

Dentre as obras de sua iniciativa destacam-se a Cidade Industrial de Curitiba, as vias rápidas, viadutos e trincheiras, a adaptação de vias públicas para o uso de pedestres com equipamentos urbanos especiais, a abertura de locais de cultura como o Centro de Criatividade e o Teatro Paiol, a valorização do funcionário e servidor público, a agilização administrativa com a Companhia de Urbanização de Curitiba - URBS - Companhia de Habitação de Curitiba - COHAB-CT -, o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC -, a Fundação Cultural de Curitiba, o Fundo Municipal de Educação e outros órgãos que foram criados ou reformulados por sua decisão.

Certamente, a notícia da transformação de um prédio que abrigou uma "fábrica poluidora" em "fábrica de cultura", seguirão outras de idêntico interesse coletivo, com as quais nós, que vivemos em Curitiba, já nos acostumamos.

Esta certeza, resulta do fato de contarmos com o dinâmico Governador Ney Braga, que abriu novos horizontes a Curitiba quando a administrou como Prefeito e com a experimentada equipe liderada pelo invulgar e criativo Arquiteto Jaime Lerner, a quem admiro desde quando o conheci em suas funções no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC -, do qual foi Presidente até ser convocado à Chefia do Executivo da Capital do Estado, em que, também com o meu modesto apoio de legislador, realizou sua profícua gestão anterior.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje fazemos uso da tribuna para registrar, apenas, expedientes que estamos encaminhando à mesa e para justificá-los.

Solicito um envio ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, de uma solicitação, de um apelo, para que seja reativada a operação "Bandeira Dois".

Esta operação foi levada a efeito em Curitiba, meses atrás e com um sucesso incontestável. O policiamento preventivo é muito importante, principalmente àqueles que são profissionais do volante, aos motoristas de táxi, classe traumatizada com o brutal assassinato de um companheiro, além do desaparecimento de outro motorista. É importante, então, que a Polícia Militar do Estado do Paraná, que a Polícia Civil do Estado do Paraná, a exemplo do que já faz a polícia carioca, também coloque seus homens nas ruas.

A operação "Bandeira Dois" pode evitar, como já evitou, naturalmente, no passado, muitos assassinatos, muitos latrocínios, muitos crimes enfim.

Soubemos que existe suspeita de que o automóvel do motorista desaparecido no último sábado, encontra-se na cidade de Joinville. Provavelmente, com a operação "Bandeira Dois", em prática, este automóvel teria sido naturalmente preso por elementos desta operação. Mas, com a ausência dos policiais em pontos estratégicos da cidade, a fuga para outras cidades, é realmente muito fácil.

Então, fazemos este apelo ao Sr. Comandante da Polícia Militar.

Entre outros requerimentos, um que gostaria de registrar, desta tribuna, é o que faço ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, pedindo a ele que faça uma reestruturação da ornamentação no bairro de Santa Felicidade.

A maneira como estão dispostas aquelas barreiras, impossibilitando, qualquer situação normal de tráfego, ou de trânsito,

no bairro de Santa Felicidade, não dá para ficar. Então, através de uma farta justificativa, solicitamos que seja colocado em estudo, uma modificação no sistema de ajardinamento, na Avenida Manoel Ribas, no bairro de Santa Felicidade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Não havendo mais oradores no Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "O Professor Bento Munhoz da Rocha Netto, quando Governador, por ocasião do Centenário da emancipação política deste Estado, em 1.953, afirmava ser o Paraná uma síntese do Brasil. Referia-se o eminente homem público aos povos e raças que para aqui vieram de outras unidades da Federação e de outros países do mundo. Graças a essa abertura das nossas fronteiras o Estado cresceu, como o trabalho de todos e conquistou palmo a palmo, o seu imenso território.

Os Governos se sucederam; o povoamento aumentou a produção, multiplicou, e dia após dia, novos horizontes se abriam radiantes para todos os que aqui nasceram e para os que escolheram o Paraná como sua morada.

O nosso Estado tinha um encontro marcado com o destino e uma posição a ocupar no cenário da Federação brasileira.

Ao ouvinte atento, todavia, não deverá fugir a realidade de um crescimento, obrigatoriamente desordenado, havido em épocas mais recentes pela circunstância de uma etapa histórica vivida e, mesmo, pelo desparelhamento dos órgãos de Governo impossibilitados de acompanhar essa ascencial marcha de desenvolvimento e ocupação territorial, em razão disso, os problemas, paralelamente, hora a hora, aumentavam, cresciam e se multiplicavam.

Na década de 50, houve crises como a de energia elétrica para atender a uma incipiente industrialização (Curitiba, chegou a viver às escuras e raras cidades do interior dispunham de luz e força); o processo educacional deixava à margem milhares de crianças e jovens, problemas sociais de desemprego nas cidades e nos campos, eram parte do nosso cotidiano; a ocupação desordenada de vastas áreas de terras geraram crises e revoltas; de saúde pública, saneamento básico e comunicações telefônicas, só sabíamos por notícias do que acontecia, em Estados e Países mais desenvolvidos.

A crise maior que atravessamos, entretanto causadora e geradora de graves desdobramentos no campo social, cultural e administrativo, era a crise política. A crise de liderança autêntica, honesta, capaz e eficaz.

Sem adentrar no mérito do trabalho daqueles que com esforço e despreendimento, incompreendidos ou aplaudidos, guiaram nesse período da nossa história, os destinos da gente dos pinheirais, é forçoso reconhecer que por um ou outro motivo, por esta ou por aquela dificuldade, embora cada um cumprisse o seu dever e o seu papel histórico, o Paraná permaneceu órfão de uma liderança que pudesse empolgar o seu Povo, falar em seu nome, com capacidade técnica e coragem.

Já se disse também, que os desígnios de Deus são insondáveis e os destinos dos povos estão em suas próprias mãos. E o povo do Paraná, lúcido e inteligente, sabendo o que quer e porque quer, em 1.960, em pleito renhido, livre e democrático, mudou o rumo do seu destino, alterou a rota da história.

Encontrou o seu líder!

Elegeu Ney Braga Governador do Estado.

Enfrentando inumeráveis dificuldades, Ney Braga fez nesse Estado a verdadeira revolução de hábitos e costumes. Fez a administração respeitada, o Governo honrado, o trabalho, uma constante.

Não há quem não lhe reconheça os méritos, mesmo os seus adversários e opositores, que de boa fé e sem paixão, com isenção e sem partidarismo, analisarem em obras, números e realizações que fez pelo Estado, o Governo que Ney Braga chefiou de 1960 a 1965.

Não é momento para o estudo deste período governamental. É preciso, todavia, que todos saibam que aí, com Ney Braga no Governo do Estado, venceu-se uma etapa histórica da vida paranaense.

O seu trabalho, foi tão grande e frutífero, a sua liderança tão eficaz, o seu governo presente em todos os setores, municípios e vilas que, contrariando os prognósticos e costumes de uma curta experiência democrática em nosso País, em que é comum o governante não eleger o seu sucessor, Ney Braga entregou o Governo a um homem de sua equipe, por ele apoiado e prestigiado, correto e digno, Paulo Pimentel. A semente lançada por Ney frutificou. Paulo, dela tratou com amor e carinho. O Paraná cresceu em suas mãos e alçou novas posições perante o Brasil. O estido de governo inaugurado por Ney Braga em 1960, com raras e descoloridas exceções, plantou raízes no Paraná, com apoio do povo e aplausos de sua gente.

No último período de Governo, o Estado, graças ao empenho, trabalho e liderança, enfrentou desafios próprios da época, sem esmorecer, com galhardia e presteza.

Todos haverão de concordar que, de 1960 para cá, o retrato de corpo inteiro do Paraná é outro, mudado, completo e íntegro, com energia em abundância, rodovias interligando os municípios, comunicações telefônicas das mais modernas, alto nível de escolaridade em fase avançada, agricultura assistida e assistência social em desenvolvimento.

Chegamos a esta data, com uma etapa do nosso desenvolvimento ganha e vencida pelo Povo e pelos Governos do Paraná.

O que temos e o que vemos, entretanto, não é o bastante e não é o suficiente. Se para caminhar uma milha é preciso dar o primeiro passo, como afirmava o Senador Robert Kennedy, para atingir o objetivo final, é necessária uma longa e árdua caminhada.

Todos nós homens públicos e políticos, embalamos sonhos e almejamos grandes metas. Somos sempre insatisfeitos e permanentemente sonhadores. E aí de nós e de nossa gente, se assim não fôssemos e assim não agíssemos. Bernard Shaw, disse: "Algumas pessoas vêem as coisas como elas são e perguntam porque; outras, sonham coisas que jamais existiram e perguntam por que não?". Os primeiros são os acomodados, os satisfeitos, os saciados; os outros, os que sonham coisas que jamais existiram e perguntam por que não, são sonhadores e audaciosos, mas são os que propulsionam o progresso e mudam a face da terra.

Ney Braga está entre os que sonham com os pés no chão; os que conhecem a realidade e sabem como mudá-la; os inconformados com as injustiças e os lutadores por uma nova era. Ney Braga é um homem que se renova na fé em seu semelhante, com princípios inabaláveis e possuidor de verdadeira revolta cristã contra a injustiça e contra a mentira, contra a falsidade, a demagogia e o embuste.

Não lhe satisfaz o conquistado, o feito, o realizado. No amor pelo seu Povo, é insaciável e incansável. Inconformado e rebelde contra as velhas e arcaicas estruturas da sociedade, sabe ele da sua predestinação como líder marcado pela luta no fragor das campanhas. O calor do gabinete não lhe arrefece o ânimo. Perfeitamente à vontade com os poderosos, sem bajular ou gratuitamente aplaudir, o Governador Ney Braga fica bem à vontade, junto à sua gente, com o seu Povo, na sua terra.

O Paraná viverá agora nova e decisiva etapa do seu desenvolvimento a partir de agora, com Ney Braga no Governo.

Sem se desvincular do passado, continuando obras e perseguindo objetivos, este Governo que se inaugura, sob o co-

mando de Ney Braga, tem um compromisso renovado, uma etapa a ser desvendada, um horizonte para descortinar.

Na afirmação de Ney Braga ao assumir o Governo do Paraná, "de que seremos um só: povo e governo, abraçados fraternalmente, para construir o presente e ganhar o amanhã. Solidários, caminharemos juntos, renovando idéias e programas, para que nosso governo exista muito além do seu tempo", esta é a marca de seu pensamento e o compromisso com o futuro.

Sabe Ney Braga dos problemas que enfrentará e dos obstáculos que terá de transpor. Sua missão não será fácil e nem tranqüila. Tem consciência das dificuldades do povo e das necessidades dos humildes, e por isso, disse em sua posse: "Será pois, diretriz fundamental do meu governo, postular a justiça social com liberdade. E será assim, repito, porque todos sabemos que as carências do País - apesar de que nos últimos anos foi feito - ainda são tão grandes que as preocupações de natureza econômica devem ser orientadas pelos benefícios sociais que representam. O que importa agora, é defender melhores condições de vida para nossa gente em termos de sobrevivência com dignidade, particularmente com relação aos demais de baixa renda. É uma pauta de valores e realizações para o homem paranaense e brasileiro, que, além da alimentação, deseja assistência previdenciária, educar os seus filhos, amparar os seus velhos, dispor de transportes coletivos eficientes, ter segurança na cidade em que vive".

Aí está evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a preocupação básica e fundamental do Governo de Ney Braga, o homem como centro gerador e objeto do trabalho e do desenvolvimento do Estado. Não é mera figura de retórica a afirmação de que o homem precede o Estado. Mesmo os que propugnam pelo fortalecimento do Estado, sabem que este existe em função do homem. Nesta quadra de desenvolvimento do Paraná, o Governo Ney Braga acionará em favor do homem mais humilde, não apenas o Estado, como Governo e administração, mas através de medidas, planos e idéias, a própria sociedade paranaense, e aqueles que, usufruindo de melhor sorte, podem e devem socorrer seus semelhantes. Ney Braga tem planos e metas. Além de metas e planos, tem uma equipe de trabalho sem outro compromisso, que não de implementar idéias e projetos previamente elaborados. Dentro desse contexto, o Governo Ney Braga já fez chegar às mãos dos paranaenses, o documento DIRETRIZES GLOBAIS, para o período 1979 - 1983. Esse estudo não é fruto de elocubrações de burocratas divorciados da realidade, mas o resultado do labor de uma plêiade de homens realistas e capazes, que sob a liderança e o comando de Ney Braga, pesquisaram, ouviram do povo, os empresários, os políticos, os trabalhadores, os estudantes, as donas de casa, e enfim, todos os segmentos da sociedade paranaense para, ao final, dizer ao que vieram e o que pretendem.

Evidencia-se nas DIRETRIZES GLOBAIS, para este período de Governo, a preocupação com o aumento da RENDA REAL PESSOAL, a ser implantada através do estímulo à geração de novos empregos, apoio integrado ao pequeno produtor rural, contribuição para melhoria da renda da agricultura comercial, capacitação profissional e contribuição indireta ao aumento da renda pessoal.

Na filosofia deste Governo, destaca-se o incremento e difusão especial do Bem Estar a ser conseguido por meio da organização regional e definição da responsabilidade social das cidades, da assistência técnica, administrativa e financeira aos municípios, do apoio às aspirações urbanas ligadas à melhoria de qualidade de vida e do apoio à correção de desequilíbrios regionais.

Como meta indispensável a ser perseguida e atingida, o Governo Ney Braga dará especial atenção ao campo cultural da administração, ativando o seu desenvolvimento por meio de inventário, preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural, do levantamento do perfil sócio-cultural da sociedade

paranaense, da promoção do intercâmbio cultural, valorização e difusão de aspectos relevantes das manifestações culturais do Paraná, do estímulo à participação das comunidades nas atividades culturais, mediante programas de descentralização, interiorizações e integrações com outros programas setoriais, do apoio do desenvolvimento de habilidades artísticas e do apoio às promoções e produções artísticas-culturais.

O Paraná, na expressão de Ney Braga, trabalhará voltado para o Brasil. Não faltará à sua vocação histórica nunca desmentida, de o mais brasileiro dos Estados deste País, por meio do aumento da participação no esforço nacional de desenvolvimento. Para isso, dará sua contribuição para a redução do custo de vida, por intermédio da melhoria da qualidade e aumento da quantidade de alimentos para abastecimento do mercado interno brasileiro, contribuirá para a geração de divisas pelo aumento de excedentes exportáveis, colaborará para a política nacional de desconcentração industrial, acionará política para fortalecer programas destinados à consolidação dos corredores de exportação e contribuirá decisivamente para a realização dos objetivos nacionais.

Com os olhos voltados para o futuro, o Governo Ney Braga aperfeiçoará a infra-estrutura econômica e social para o desenvolvimento ulterior, através de medidas, como estímulo à pesquisa básica, da integração das obras de infra-estrutura com regiões limítrofes, da continuidade dos programas de aproveitamento hidroelétrico para o desenvolvimento estadual, da pesquisa de recursos minerais, preservação ecológica e da capacitação da massa crítica para os campos da ciência e da tecnologia.

Percebe-se claramente, que a política a ser cumprida no Governo que se inicia, tem um enfoque eminentemente social. Indagou-se para a elaboração das "DIRETRIZES GLOBAIS" do Governo Ney Braga, quantos, quem são, como e onde vivem os paranaenses, e como podem viver melhor.

Eis o que Ney Braga quer, deseja e persegue: que os paranaenses vivam melhor, usufruam o progresso e recebam o seu fruto. Que o trabalho de todos não beneficie poucos. Democrata e cristão, Ney Braga pretende justiça social com liberdade, responsabilidade com participação.

Para essa tarefa, estamos todos convocados, sem discriminação, sem rancores e sem ódios.

Acredito e confio em Ney Braga.

O seu sonho, que é o sonho mais enraizado na alma do povo do Paraná, é de ver o filho do pobre e o filho do rico com iguais oportunidades, sentados à mesma mesa, e percorrendo os mesmos caminhos; será o estandarte desfraldado como exemplo ao Brasil e aos brasileiros".

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Dentro do Grande Expediente, restando 10 minutos, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Facci.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, requeiro para que a minha inscrição fique válida para amanhã, porque os 10 minutos serão naturalmente insuficientes para desenvolver o tema que pretendemos.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Dentro do horário reservado às lideranças, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendemos, com nossa presença na tribuna, requerer a Vossa Excelência que transcreva nos Anais da Assembléia Legislativa, o pronunciamento feito pelo Deputado Federal Alípio Ayres de Carvalho, quinta-feira passada, na Câmara dos Deputados, o qual foi transcrito pelo jornal "Gazeta do Povo", matutino desta cidade.

Farei a leitura de alguns trechos do pronunciamento daquele Deputado, porque entendemos que foi de grande importância para a situação atual porque passa a Nação brasileira, visto que todos, sem exceção, pretendem uma redemocrati-

tização, uma anistia em termos que venham aos interesses do nosso País, e que não firam e que não machuquem, nem de leve, o que a Revolução de 1964 trouxe de bom a este País. Na verdade, não será fácil a nossa tarefa, nesta nova quadra de vida do País, pois não há dúvidas de que, com a extinção dos atos de exceção, e a consciência do povo já voltada para a certeza das aberturas democráticas, passamos a viver uma fase de transição política, que precisa ser vencida com o empenho de todos, a fim de que possamos, o mais cedo possível, encontrar os caminhos certos a seguir, para fazermos deste País uma democracia que venha a perdurar no tempo e na consciência de todos os brasileiros.

Esta afirmação foi feita pelo Deputado Alípio Ayres de Carvalho, em recente pronunciamento na Câmara Federal, quando abordou a realidade política do País. Para o Parlamentar, com o discurso do General Figueiredo, durante a posse, já se iniciou, oficialmente, a nova fase política de transição para a qual estamos todos convocados, como legítimos representantes do povo brasileiro.

O tempo já começou a correr e não podemos dele descurar, pois sobre nossos ombros pesa grande responsabilidade de participar ativamente na consecução dos objetivos superiores que expõem a vontade e ansiedade da grande maioria do povo brasileiro.

Considerando o discurso do General Figueiredo como uma verdadeira profissão de fé, Alípio Ayres de Carvalho afirmou: "Em sua profissão de fé, o Presidente Figueiredo reafirmou, entre outros propósitos, o seu desejo de fazer deste País uma democracia; sustentar a independência dos Poderes do Estado e a sua harmonia; manter a mão estendida em conciliação; fortalecer a Federação e dar prioridade ao desenvolvimento agropecuário em todo País. Como se verifica, cada item desses, para ser devidamente analisado e discutido, até chegar-se a uma conclusão que reflita o pensamento da maioria do povo, e que seja compatível com a realidade nacional, exige, acima de tudo, uma verdadeira determinação por parte de cada um de nós, dos Partidos, do Governo, e de todos os cidadãos que se julgam com alguma parcela de responsabilidade para com os destinos do País.

Vem logo ao nosso pensamento, o problema de Partidos, será que poderemos conseguir esse propósito, permanecendo o bipartidarismo como a forma atual de ação?

Não. Não será possível, pois o que vemos é um partido na firme preocupação de manter-se forte como uma frente única de todas as oposições que se fazem ao Governo, enquanto que, o outro, tem como objetivo prático, manter-se também coeso, para permitir o exercício do Governo com a utilização das maiorias conseguidas.

Ora, se assim permanecermos, o povo não terá outras opções, senão ficar contra ou favor do Governo, como se o seu papel fosse, exclusivamente o de julgar o Governo, e não de também lutar pelo poder de dar outra orientação à política do Governo. Acresce considerar que a classe política continuará sem perspectivas; no Partido da Situação, dificilmente poderá ser superado a curto prazo o hábito adquirido de poder concentrado. Somente no Executivo, cabendo aos políticos a obrigação de carrear votos para apoiar o Governo, quando esse voto vem se tornando cada vez mais difícil pela distância que se encontra o povo em relação ao Governo e pelo crescimento cada vez maior do poder econômico dos pleitos eleitorais.

No MDB, com essa frente única de posições, a situação também não será diferente logo que se avizinha a possibilidade de assumir o poder, ou que por outras aberturas políticas, cada facção passe a considerar mais conveniente para si, uma ação independente que está se subordinando ao conjunto atual para somar forças contra o Governo".

O Deputado faz também aqui, alusão aos novos partidos. "O Presidente Figueiredo, se propõe a sustentar a indepen-

dência dos Poderes do Estado e sua harmonia. É verdade que existe no momento, uma tendência de hipertrofia do Poder Executivo, no entanto, em todos os países que procuram exercer a democracia na sua plenitude, encontram-se previamente definidas as áreas de atuação de cada Poder”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, achamos por bem pedir a transcrição, nos Anais desta Casa, do pronunciamento do ilustre Deputado Alípio Ayres de Carvalho, porque entendemos que lá em Brasília, a preocupação, tanto da Arena como do MDB, é realmente aquilo que nós aqui também queremos, conscientizar paranaenses ou brasileiros que vivem no Paraná. Porque, Sr. Presidente, a nossa tese não é outra, senão a redemocratização, a anistia, é verdade que não concordamos, já dissemos o nosso pensamento, que ela seja total e irrestrita, ela tem que ser . . .

O Sr. Nilton Friedrich — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. JURANDIR MESSIAS — Já lhe concedo o aparte, eminente Deputado.

Entendemos que ela tem que ser . . .

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lembra ao nobre Deputado que lhe resta um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Não discordo da Mesa, mas eu marquei horário, Sr. Presidente, e no meu relógio, ainda faltam diversos minutos.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Agradeço ao nobre Deputado por não discordar da Mesa, mas quem marca o horário é a Presidência, e ela já anotou o horário devido ao nobre Deputado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço, mas mesmo não concordando, vou acatar a decisão de Vossa Excelência.

Concedo o aparte então, dentro do minuto que me resta, ao Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich — Ilustre Deputado, a nossa colocação é rápida e, para não tomar o seu tempo, é no sentido de que realmente o MDB prevê essa necessária luta democrática, procedendo-se essa anistia, e nós a colocamos em ampla, geral e irrestrita, porque há uma verdade histórica nisso tudo. Haja visto que a História do Brasil está toda ela salpicada de posições de grandes estadistas, dando a anistia ampla, geral e irrestrita, como aconteceu, inclusive, com o Presidente Prudente de Moraes, o primeiro Presidente civil eleito do Brasil, que em 1895 aprovou uma anistia ampla, geral e irrestrita, inclusive aos criminosos de sangue, da famosa revolta armada e a revolta federalista, onde mais de 10 mil brasileiros morreram, inclusive o saudoso e querido, e sempre lembrado Barão do Cerro Azul, quando tivemos grandes combates aqui em Curitiba, num momento de grandiosidade, e o então Presidente, dois anos após esses fatos terríveis que ensanguentaram a História do Brasil, deu uma anistia ampla, geral e irrestrita, atingindo a todos, ato este que foi repetido por diversos Governos.

Inclusive, exemplo típico de Getúlio Vargas, que veio em 1930, cinco dias depois de tomar posse, anistiar de maneira ampla, geral e irrestrita, todos aqueles que, inclusive, pegaram em armas, e os que assaltaram e mataram. Então, há uma verdade histórica. E essa não vem em favor da Revolução, ou da Arena ou do MDB. Vem em favor da consciência nacional, que exige uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Agradeço, Deputado Nilton, o seu brilhante aparte.

Vossa Excelência pensa de u'a maneira, e esse parlamentar de outra. Porque os tempos passaram, as coisas se modificaram, e o Brasil estava no caos em 1964. Nós estávamos na iminência de não podermos mandar nossos filhos estudarem, o que não acontecia nos idos tempos que Vossa Excelência também se referiu; Getúlio Vargas foi um ditador, mas um

ditador democrático, ele era mais um democrata que um ditador, como governo ditatorial deste País, mas hoje, as coisas se modificam. E aí está o Presidente Geisel, um Deputado da Arena, um General do Exército revolucionário, Sr. Deputado, a pedir a colaboração, a compreensão, o entendimento, para que haja realmente a anistia, para que haja redemocratização; para que os municípios não fiquem tão sobrecarregados como estão. Ele fala aqui também, ele defende o municipalismo, ele acha que os municípios hoje, não têm a mínima condição de sobreviver, e não tem, Vossa Excelência concorda comigo, todos os encargos são de responsabilidade, Deputado, dos municípios.

Tudo aquilo que se cria no município, se faz através de convênio. Qualquer que se instale no município, o Prefeito tem que mobiliar, tem que pagar o aluguel, tem que dar os funcionários.

Tem o aparte do Deputado Nilton Friedrich.

O Sr. Nilton Friedrich — Muito obrigado.

Eu fico até feliz, porque, efetivamente, nós estamos entendendo e vendo que a cada dia que passa, as vozes e o programa emedebista, passaram a ter repercussão em todos os setores.

Porque, desde o início, o MDB vem brigando contra essa hipertrofia do Poder Central, que tudo pode e tudo faz.

As bandeiras que o MDB vem desenvolvendo durante todo esse período de arbítrio, uma delas, de expressão nacional, é exatamente a defesa do municipalismo. E a descentralização que acabou com o sistema federativo do País, instituindo, para vergonha da História do Brasil, um sistema unitário, que hoje em dia, em toda a civilização moderna, não se admite mais que se tenha um Estado unitário, sobrepujando o Estado Federativo.

Fico feliz que hoje, até os Deputados e os homens públicos da Arena, estão entendendo isso: que é uma bandeira grandiosa do MDB, a longo de todo o sistema.

E fico feliz por esse posicionamento.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Deputado. Eu só não concordo com Vossa Excelência, porque a bandeira é nossa, a bandeira chama-se João Batista Figueiredo, que é o nosso Presidente da República. Começou por Geisel, que levantou essa bandeira da democratização e redemocratização, fomos nós, foi a Arena, através do nosso eminente Presidente que nos deixou saudades, quando deixou o Governo, Presidente Ernesto Geisel. Continua agora, com João Batista Figueiredo, na Presidência da República.

Posso repartir com Vossa Excelência, e concordo até que devemos repartir com o Partido da Oposição esta bandeira, ela então será nossa. Porque o próprio Presidente da República, convoca os Senhores, para que participem.

Mas, vamos com cautela, vamos com cuidado, vamos olhando sob todos os prismas esta abertura, esta anistia, que é bem diferente dos anos anteriores, e talvez, com a colaboração dos Senhores aqui, da Câmara dos Deputados em Brasília, do Senado, se chegue a um denominador comum, para que tenhamos, no dia de amanhã, eleições para todos os cargos eletivos deste País. É o que nós, é o que o Senhor, é o que todos almejamos, uma abertura principalmente na área eleitoral, para que haja eleições diretas para todos os cargos.

Volto, se for preciso, Deputado Nilton Friedrich, a esta tribuna, para abraçar com o Senhor, a mesma tese.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa consulta à Liderança do MDB, se deseja fazer uso da tribuna. (Pausa) Declinado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal, Alípio Ayres de Carvalho.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147/78, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância” de Prado Ferreira, com sede e foro na cidade de Prado Ferreira, Município de Mirassolva. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 147/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública, a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA” de Prado Ferreira, com sede e foro na cidade de Prado Ferreira, Município de Mirassolva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1979.

(a) FUAD NACLI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes serviços no campo da filantropia e da assistência social à comunidade de Prado Ferreira, granjeando-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei Municipal n.º 73/78, cujo teor anexamos ao presente.

A documentação que encaminhamos, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais exigidos pela legislação em vigor em nosso Estado.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei, que esperamos, receba o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 147/78

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, o presente Projeto de Lei n.º 147/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Prado Ferreira”, com sede no Município de Mirassolva.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1979.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Fabiano Braga Côrtes, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187/78, de autoria do ex-Deputado Accioly Neto, que declara de utilidade pública o “Lar Infantil André Luiz”, com sede e foro na cidade de Rolândia. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 187/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o “LAR INFANTIL ANDRÉ LUIZ”, com sede e foro na cidade de Rolândia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1978.

(a) ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da filantropia e assistência social, principalmente ao menor, à comunidade de Rolândia.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação em vigor, pertinente à matéria.

Com isso, esperamos contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 187/78

De autoria do nobre Deputado Accioly Neto, o presente Projeto de Lei n.º 187/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública, o “Lar Infantil André Luiz”, com sede e foro na cidade de Rolândia.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer constitucional, quer legal, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Gilberto Carvalho, Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 188/78, de autoria do ex-Deputado Muggiati Filho, que declara de utilidade pública o “Serviço de Obras Sociais - S.O.S.” de Arapongas, com sede e foro no Município de Arapongas. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 188/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o “SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS — S.O.S.”, com sede e foro no Município de Arapongas.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 1978.

(a) MUGGIATI FILHO

JUSTIFICATIVA:

A presente entidade encontra-se registrada no Conselho Nacional de Serviço Social, sob o n.º 259958/70, tendo sido declarada de Utilidade Municipal (n.º 866), de Utilidade Pública Federal (n.º 72.819). Sua atuação na comunidade araponguense, sobreleva de importância, face à natureza das necessidades sociais que tem suprido, com grande mérito, a bem da verdade.

Tais os motivos que nos levam, para honra nossa, a propor o presente, certos que estamos da adesão dos nobres Pares ao desígnio nele consubstanciado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 188/78

De autoria do nobre Deputado Muggiati Filho o presente Projeto de Lei n.º 188/78, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais - S.O.S.", com sede na cidade de Arapongas.

Analisando-se o processo, através da documentação apresentada, bem como pela justificativa que o acompanha, temos que a entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais previstos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em nosso Estado, não havendo portanto, qualquer impedimento, quer legal, quer constitucional, que impeça a sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 1979.

(aa) Paulo Camargo - Presidente

Fabiano Braga Côrtes - Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 02/79, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a Fundação Assistencial e Educacional Nossa Senhora da Luz - FUNDALUZ, com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 02/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Fundação Assistencial e Educacional Nossa Senhora da Luz - FUNDALUZ", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de março de 1979.

(a) Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando desde 1975, inestimáveis e relevantes serviços no campo da assistência social e educacional à comunidade de nossa Capital, carreado-lhe o reconhecimento público municipal, através da Lei Municipal n.º 5.897, de 24 de novembro de 1978.

A documentação que anexamos ao presente comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual, reguladora da matéria.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei que esperamos contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 02/79

I — O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, objetiva de utilidade pública a "Fundação Assistencial e Educacional Nossa Senhora da Luz - FUNDALUZ", com sede nesta Capital.

II — A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências da Lei n.º 91, de 28/08/35, Decreto Federal n.º 50.517 de 02/05/61, e da Lei Estadual n.º 4.399, de 11/08/61, que disciplinam a matéria.

III — Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e nosso parecer portanto, é pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho - Presidente

Renato Bernardi - Relator

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério,

constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osmário Zanatta. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Armando Jost. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dorvalino Prates, ex-vereador de Foz do Iguaçu. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 151/78. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Ministro do Trabalho, no sentido de que seja instalada uma Delegacia Regional do Ministério, na cidade de Cascavel. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados telegramas de congratulações aos Srs. Presidente da República e Ministro do Trabalho, pela medida tomada pelo Governo Federal, no sentido de não admitir ou que sejam demitidos trabalhadores do ABC paulista. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Secretário da Administração, no sentido de determinar providências para reparos na Escola "Rui Barbosa" situada em Lagoa Grande, Município de Araucária. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que sejam tomadas medidas mais efetivas a fim de amparar os comerciantes de pequenas e médias empresas, com o problema dos altíssimos níveis a que chegou a taxa de juros. — Em discussão.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, regimentalmente, solicito a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa ao nobre Deputado, que já foi procedida a leitura pelo 1º Secretário. Mas atendendo o apelo do nobre Deputado, solicito do Sr. 1.º Secretário que proceda a leitura do teor do requerimento.

O Sr. 1.º Secretário procede à leitura do requerimento)

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de apoio e congratulações ao projeto de Emenda Constitucional, de iniciativa do Sr. Deputado Federal Álvaro Dias, que dispõe sobre a aposentadoria dos professores aos vinte e cinco anos de serviço. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da íntegra, de matéria publicada no jornal "Folha de Londrina", sob o título "Docentes não Aceitam Administrador do HU". — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo. — A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e

aplausos ao eminente Doutor Mário Jorge, Presidente da Associação dos Advogados do Paraná, pelo recebimento da "Medalha de Ouro", no Programa Flávio Cavalcanti, da Rede Tupi de Televisão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, bem como ao Sr. Ministro do Trabalho, no sentido de que haja anulação da medida intervencionista nos sindicatos da categoria do ABC paulista. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando instalação de posto telefônico na localidade de São Pedro, Município de Toledo. — Em discussão. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. EGON PUDELL — (Pela ordem). — Sr. Presidente, quero informar à Presidência e ao Sr. Deputado Nelton Friedrich, que na verdade é um assunto que nós estamos ao par.

Tanto os telefones para Vila Nova como para São Pedro, e outros distritos, estão na Telepar há muito tempo. E queremos informar ao Deputado Nelton Friedrich, que estes telefones serão instalados ainda no decorrer do mês de abril. E o nosso voto de favorável.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando voto de aplausos à direção da TV Paranaense, Canal 12, de Curitiba, pela edição no último dia 29, do programa especial alusivo ao aniversário de emancipação política da Capital paranaense. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, sugerindo a alteração no esquema de ornamentação do bairro de Santa Felicidade. — Em discussão.

O SR. RENATO BARNARDI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, encarecendo melhor policiamento junto à Praça Bento Mossurunga e Ginásio Júlio Mesquita, no bairro Jardim das Américas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, visando o retorno urgente da Operação Bandeira Dois, assegurando melhor proteção e segurança aos motoristas de táxi de Curitiba. — Em discussão.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimnto Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Airtton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo aos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, pela posição conciliatória adotada. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de sustar a construção da barragem do Miringuava e construir prioritariamente as barragens do Rio Iraí e Piraquara II. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mácio Celso,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de apelo ao Sr. Ministro da Saúde, visando estudos e análises do produto farmacêutico CLOFIBRATE, a fim de determinar sua proibição no Brasil. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando à CACEX, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, a imediata liberação das exportações de farelo de soja. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Deni Schwartz, Nelton Friedrich e Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de apoio à Emenda Constitucional, apresentada pelo Senador Mauro Benevides, que restabelece eleições em todas as Capitais dos Estados. — Em votação. — **Rejeitado.**

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa).

21 Srs. Deputados aprovam; 21 Srs. Deputados rejeitam. — **Rejeitado.**

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, peço a palavra para justificar meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Com a palavra o Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero justificar meu voto e também fazê-lo em nome dos Srs. Deputados Luiz Alberto Oliveira e Tércio Albuquerque, e também de outros Deputados de minha bancada que me solicitaram oralmente para fazê-lo, neste instante.

Devo, Sr. Presidente, dizer que já firmei posição favorável às eleições diretas para as capitais brasileiras. E o fato de termos votado contrariamente ao requerimento apresentado é, exclusivamente, pelos termos em que a emenda que ora tramita pelo Congresso Nacional é colocada.

Essa posição contrária, entretanto, não quer dizer que sejamos contrários às eleições diretas para as capitais. Porque enfrentar eleições diretas, Sr. Presidente, não é privilégio da Oposição. E todos nós, que estamos aqui, aqui estamos porque fomos eleitos pelo voto direto, universal e secreto.

Somos favoráveis às eleições diretas para as capitais brasileiras mas não com o tumulto que pretende montar a "emenda Benevides" ora tramitando no Congresso Nacional.

É a nossa justificativa, Sr. Presidente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Peço a palavra para justificar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Com a palavra o nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

"Não sou a favor, nem contra, muito pelo contrário", é uma teoria que tomou forma e presença em todo o Brasil. Mas, nos cabe assumir as posições.

E eu entendo que quando está em jogo uma decisão do Congresso Nacional, quando o parlamento brasileiro vai dizer ao povo aquilo que o povo quer, quando o Parlamento tem a oportunidade — vamos dizer — de se afinar com a vontade popular, me surpreende que a Assembléia Legislativa do Paraná venha votar contra a "emenda Benevides" que, ao menos com seu espírito altamente democrático, com seu espírito altamente popular e de acordo com as aspirações de todos os brasileiros, deveria ser, então, de apoio a esta tese.

Estranhemos, Sr. Presidente, que o próprio Líder...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO (Pela ordem). — Sr. Presidente, parece-me que a matéria já foi colocada em votação e está se voltando a discutir, novamente a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua com a palavra o Sr. Deputado Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Obrigado.

“O que queremos fazer sentir ao povo do Paraná é que nós, Deputados da Arena, da Aliança Renovadora Nacional, também queremos eleições diretas aos Prefeitos das Capitais, objetivo a ser perseguido nesta escalada para a democracia plena, haja visto, agora, a posição da bancada da ARENA no Congresso Nacional, principalmente de sua Liderança, que, declarou questão aberta à apreciação da Emenda Benevides.

Por que a Direção da ARENA declarou questão aberta?

Porque sentiu-se a tendência esmagadora, da bancada arenista, que quer, efetivamente, eleição direta para todos os postos onde se disputem eleição, neste País!”

Palavras do Líder da Situação, nesta Casa de Leis.

Ontem, falou-se isto; hoje, vota-se contra!

O programa da ARENA e do MDB, prevêem eleições diretas. Estão aí, mais uma vez, demonstrados os adesivos que existem, hoje, às teorias do Executivo. Os poderosos do Planalto, os deuses do Olimpo dizem, e todos seguem, mesmo ferindo o programa.

Eu, hoje, fico com um arenista no Brasil, fico, sim, com aquele que disse e provou que, ele não é dissidente, que dissidentes são aqueles que negam o programa, dissidentes, são aqueles que não comungam da aspiração nacional.

E por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando o programa da ARENA, o programa do MDB, as palavras do Líder da Situação nesta Casa, quando o próprio atual Prefeito de Curitiba determina a democracia autêntica, com a votação popular, quando, tudo isto, conjugado, chega na hora de decidir e de votar, quando, nós devemos dar um voto de confiança ao Congresso para que a Emenda Benevides dê direito ao povo a eleger os Prefeitos das Capitais, nos surpreende, nos surpreende e nos angustia, que, esta é a democracia relativa que se quer neste País, se prorrogar e se protelar, não assumindo aquilo que é obrigação partidária, aquilo que é determinismo das cartas programáticas dos Partidos.

Surpreende-nos!

Fica aqui, o nosso destemido e veemente protesto a esta atitude.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Questão de Ordem). — Sr. Presidente, a Mesa, de uma certa forma violentou o Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa o nobre Deputado, que, por uma questão de liberalidade deu a palavra ao Deputado Airton Cordeiro, ferindo inclusive o Regimento, por uma liberalidade da Mesa.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Porque de acordo com o artigo 152, é matéria vencida, e para...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sujeita a voto só por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Exatamente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Então, por uma liberalidade da Mesa, V. Ex.^a concedeu a palavra ao Deputado Airton Cordeiro, para justificar o seu voto, e depois, por uma questão também de incoerência, V. Ex.^a concede também a palavra ao nobre Deputado da Oposição, que a usou neste instante, para justificar o seu voto.

Ele, habilidosamente, já não digo safadamente, mas, habilidosamente ele leu parte do nosso pronunciamento ao encaminharmos, nesta Casa, a votação da Mensagem Governamental que indicava, para a Prefeitura da cidade, o arquiteto Jaime Lerner.

Se ele o fez com habilidade, ele usou de extrema safadesa ao, não concluir o nosso pensamento. Porque nós dissemos, e repetimos que, somos favoráveis às eleições diretas, em todos os itens, mas, levantamos uma premissa, Sr. Presidente. Levantamos uma premissa, que, antes das eleições diretas, neces-

sário se faz uma profunda reforma no Código Tributário Nacional.

Não vou me alongar, Senhor Presidente. Apenas gostaria de colocar o ponto em cima do “i”, que, maliciosamente, maliciosamente, o Deputado Friedrich omitiu no seu pronunciamento.

Devolvo a indelicadeza do nobre Deputado, porquanto eu só aceitaria se ele lesse todo o nosso discurso com relação às eleições diretas para as Prefeituras das Capitais.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa solicita...

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Pela ordem, Senhor Presidente. Solicitei a palavra pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Senhor Presidente, já que o Deputado Nelton Friedrich teve a gentileza de mencionar uma opinião de um arenista, eu cito também, um provérbio chinês, traduzido pelo eminente Presidente do seu Partido, Ulisses Guimarães. “Há três pontos de vista: o meu, o teu e o verdadeiro”. E eu estranho o posicionamento do Deputado Nelton, dizendo que nós, da Arena, estamos a ferir o nosso programa partidário, porque me recordo que no programa partidário do MDB, também eles defendem uma tese, a tese da eleição direta, mas na Guanabara, resolveram totalmente...

O Senador biônico que todos nós da Arena, tenho a impressão, estamos aqui a recriminar para que seja extirpada esta figura anacrônica do cenário nacional, nós temos um Senador biônico, também do MDB. Portanto, não é privilégio da Arena ferir o seu programa partidário.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Gostaria de concluir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa devolve a palavra ao nobre Deputado, mas encarecidamente pede que seja breve, porque a Mesa teve uma liberalidade de conceder a palavra a V. Ex.^a, ferindo o artigo 152, do Regimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Mas a extensão da minha resposta...

O SR. EGON PUDELL — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. EGON PUDELL — Apenas para informação, Deputado Nelton Friedrich, a Emenda Benevides, quer eleições dentro de 90 a 120 dias. É essa a informação que eu queria dar ao nobre Deputado Nelton Friedrich e a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — A minha demora, Senhor Presidente, a demora da minha resposta, está na dimensão exata dos apartes e das questões de ordem levantadas.

Eu gostaria, principalmente, de dizer que não foi nenhuma safadesa. Em que pese, eu estou aprendendo coisas aqui que eu esperava não aprender neste Plenário. Mas, Senhor Presidente, parece-me que o programa da Arena não é o problema de safadesa, onde constam eleições diretas. E o pronunciamento do ilustre líder faz referências, e quando se fala em problemas de alteração do sistema tributário brasileiro, é um problema exclusivo do Executivo que nós, hoje, estamos impedidos de legislar adequadamente. Então, o problema não é nosso. O problema não é da Arena e não é do MDB. O problema é do Executivo

que deveria ter feito as mudanças que o MDB vem pregando ao longo desses 15 anos.

Isso é que me parece realmente algo preocupante. Respondendo mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados: que foi levantado aqui a situação do Rio. Não peguemos a exceção pela regra. A regra do MDB é ser contra toda a espécie, e com um detalhe importante, Senhor Presidente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Eu estou com a palavra, Senhor Presidente, e gostaria de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, novamente o Regimento está sendo violentado, porque mudou completamente o teor, desviou-se do assunto enfocado, que é a apreciação da Emenda Benevides.

V. Ex.^a há de fazer cumprir o Regimento, senão nós ficaremos aqui até o fim da sessão, ouvindo disparates.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa já solicitou ao nobre Deputado Nelson, que fosse breve, na sua justificativa.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Mas para mim poder falar, eu preciso de ter um pouco de tempo. Mas, gostaria de concluir, rapidamente, que não se tome a exceção pela regra. Digo mais: o próprio MDB do Rio de Janeiro, tomou uma posição altamente dignificante, porque o Senador biônico do MDB, impôs uma condição: caso o MDB perdesse, caso o MDB perdesse a outra cadeira disputada pelo voto popular ele não assumiria a cadeira biônica. Se isso acontecesse aqui no Paraná, nós não teríamos um biônico no Senado Federal, pelo Estado do Paraná.

Isso prova, Sr. Presidente, da coerência do MDB. E eu quero, então, concluir o meu voto manifestando nesta hora — que continuo estranhando que se fala de umas coisas, e se agem diferente. Está na hora do povo brasileiro avaliar adequadamente e equacionar essa situação, porque nos palanques, em campanhas políticas, nos programas partidários e em algumas manifestações, se faz isso. Mas, na hora de votar, vota-se contra a democracia, neste País. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de confiança e aplauso aos Srs. Governador do Estado e Secretários da Educação e Recursos Humanos, pela iniciativa humana, oportuna e legal que vem adotar na área do Magistério Oficial do Estado.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Gostaria, também, de justificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa que, de acordo com o Art. 152, do Regimento Interno, é proibido, expressamente, ao Deputado discutir matéria vencida, podendo apenas enviar à Mesa, simples declaração escrita de voto.

Em discussão o requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Pedi para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa que já está com a discussão adiada da sessão anterior. Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É justo, efetivamente, o requerimento do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira. E parece que se deve apenas fazer uma ressalva: — Essa situação anômala, de professor da Capital, de uma hora para a outra, ser transferido para o Interior, gerando e criando uma série de conflitos agora solucionados, não foi acordado no requerimento. Tudo isso foi causado, Sr. Presidente, pela incompetência do Governo anterior, que gerou todos esses problemas para a classe do magistério. Se o Governo atual, em medidas saneadoras, ameniza e disciplina tais problemas, deve-se, evidentemente, ressaltar aqui, que o Governo nada mais faz do que corrigir um erro seu; ele, Governo que criou.

Mas, em todo caso, é justo o requerimento porque o Governo teve a sensibilidade de reconhecer o erro, o tremendo erro, o grande prejuízo, o grave problema que causou para a Educação.

Portanto, me parece que o requerimento objetiva dar um voto de confiança para que o problema seja sanado, em definitivo, porque as medidas, agora, foram apenas para que se levantasse, efetivamente o quadro e se encontrasse solução, por isso eu voto favoravelmente ao requerimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Continua em votação.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — O eminente Deputado

Nilso Sguarezi, faz uma colocação com a qual concordo quase que totalmente. Só não posso concordar com S. Ex.^a, quando diz que o problema foi causado pelo próprio Governo anterior. Reconheço no Governo do eminente Governador Jayme Canet Júnior inúmeras vantagens, entre as quais, ter encaminhado a esta Assembléia e, esta Assembléia ficou discutindo o Estatuto do Magistério por mais de seis meses. Tais medidas ocasionaram uma série de problemas administrativos na Secretaria de Educação e, a Secretaria de Educação do Governo anterior, resolveu os problemas, através de uma forma, a mais democrática possível — através do concurso de promoção. O problema localizou-se, efetivamente, na escolha das vagas. E este critério adotado pelo Governo anterior é que foi reformulado pelo atual Governo, demonstrando aquilo que afirmei há pouco, da tribuna da Assembléia — a preocupação do atual Governo com medidas de caráter social. Aí está a demonstração de que o atual Governo está preocupado com todas as classes, inclusive, com a laboriosa classe dos professores paranaenses. E tenho mais a adiantar, ao eminente Deputado — ainda, pelos jornais de sábado, nós lemos declaração da Professora Ivete Almeida, chefe do grupo de recursos humanos da Secretaria de Educação, adiantando que o Governo do Estado, no mês de abril, fará a transposição, a tão sonhada transposição dos professores docentes para os cargos de Especialista de Educação. Com isto serão criadas, abertas, mais de dez mil vagas na área de especialistas de educação, atribuindo-se aos professores docentes, com capacitação técnica suficiente, novas condições de salário e melhores condições para a educação no Paraná.

Eu, pessoalmente, que já labutei na Secretaria de Educação, que já tive oportunidade de discutir assuntos relacionados com a educação, inclusive com o nobre Deputado Nilso Sguarezi, quando se votou aqui a tabela do quadro próprio para o Magistério do Estado do Paraná. Concordo e tenho a impressão que este é o pensamento de todos os Deputados da Arena e do M.D.B., que nós só haveremos de ter uma educação efetivamente eficaz neste Estado, na medida em que tivermos os agentes da educação que são os professores, bem remunerados, satisfeitos, lecionando perto de suas residências.

Por este motivo, fiz o requerimento e tenho a certeza e recebo o aparte, o encaminhamento de votação do eminente Deputado Nilso Sguarezi como uma demonstração de confiança no Governo Ney Braga, como também foi uma demonstração de confiança o manifesto livre feito pela Associação Paranaense dos Professores que já aplaudiu oficialmente esta medida. — (Sem revisão do orador).

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para encaminhar, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, nós temos a agradecer o apoio do Líder da bancada do M.D.B., que entendemos que representa o pensamento dos componentes de sua bancada. Só queríamos Sr. Presidente, fazer um pequeno reparo. O então Governador Jayme Canet Júnior, que todos os paranaenses, todos os brasileiros que vivem no Paraná são testemunhas, são provas do que este homem realizou, do que este homem construiu para o nosso Estado.

E a região do eminente Deputado, por quem tenho grande consideração e admiração foi talvez uma das regiões mais beneficiadas do Governo Jayme Canet Júnior. Esse homem, pensamos e entendemos Sr. Presidente, que jamais poderá ser criticado, que jamais poderá ser difamado aqui nesta Assembléia, porque ele não radicalizou a sua administração. Ele fez por todos, e principalmente pelos pequenos municípios do Estado do Paraná, que até então não tinham recebido benefícios do Estado.

Mas é verdade também, Sr. Presidente, que todo o Governador tem o seu dia infeliz, muitas vezes não colocado na...

O SR. NILSO SGUAREZI — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Invoco a mesma argumentação do Líder da ARENA agora há pouco. O orador está fugindo do assunto. Parece-me que é pertinente um assunto que está se discutindo. O orador está voltando a um tema que não tem nada em relação com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua com a palavra o nobre Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Peça a Vossa Excelência que me devolva a palavra, para que eu conclua o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa já lhe devolveu a palavra, nobre Deputado.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, já que preocupou tanto o Deputado Líder do M.D.B. aquilo que pretendemos enumerar da administração de Jayme Canet Júnior, então nós passamos rapidamente Sr. Presidente, no caso do concurso, principalmente das professoras padrão primário.

Realmente aquela Pasta até então dirigida por outro Secretário, por um lapso ou por uma questão mais técnica, colocou mal a posição dessas professoras, e criou, inclusive, como é do conhecimento de todos um problema até social para as mesmas.

E hoje que assume Ney Braga o Governo do Estado do Paraná, um homem que além de ter uma sensibilidade política, aliás administrativa incontestável, comprovada já desde o seu primeiro Governo, e que ao chegar novamente ao Palácio Iguaçu ele abriu as portas democraticamente para todos indefinidamente, ele não discriminou ARENA ou M.D.B., ele abriu as portas do Palácio Iguaçu, procurou também como tem bastante sensibilidade política, resolver da melhor maneira possível o que fez, o problema dessas professoras, remanejando-as para onde de direito, voltando para as suas casas, os seus lares, que tinham deixado por força daquele decreto governamental.

Então, há uma diferenciação, Sr. Presidente, entre um

governo e outro. Um muito mais administrativo naquela época, hoje outro grande administrador e grande político o que faltou muitas vezes, ao nosso Governador Ney Braga.

Por isso me parabézino com o Governador Ney Braga por ter tomado esta iniciativa que favoreceu não só, as professoras do meu Partido, da ARENA, mas que favoreceu principalmente as professoras do M.D.B.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero congratular-me com o requerimento apresentado pelo eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira, requerimento este, feito com justiça, mas é preciso que se faça uma ressalva:

Não houve erro no Governo passado, o que nós podemos sentir, quando se discutia o Estatuto do Magistério nesta Casa, procurava adiantar e falar no Quadro, quando estava discutindo ainda o Estatuto. O Governo passado, teve a coragem, mesmo no fim do seu governo, depois de aprovado o Estatuto, abrir um concurso que de acordo com o regulamento teria que ser de âmbito estadual.

Sabendo ele, que no fim do seu governo, algumas irregularidades pudessem ocorrer, por ser de âmbito estadual e não regional, não haveria tempo para corrigir o que foi feito agora no atual governo e em boa hora.

Tive a oportunidade esta semana, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de reunir-me com os professores na minha região, onde pudemos sentir o contentamento e a alegria dos professores pela medida tomada, quando nós estamos vendo a implantação do Estatuto do Magistério em sua totalidade, os professores formados em Pedagogia, que estavam preocupados com a abertura das trinta vagas. No "Diário Oficial" de sexta-feira passada, está o Decreto n.º 156, que autoriza a transposição, fazendo com que sejam beneficiados também, os professores em Pedagogia e com isso nós estamos vendo chegar ao fim, o cumprimento dos estatutos do Magistério e a classe hoje, perfeitamente beneficiada, volta mais alegre e mais contente para as salas de aula, procurando transmitir os seus conhecimentos aos alunos. É preciso que se reconheça o mérito do ex-Governador Jayme Canet Júnior, da sua equipe e do atual Governador, corrigindo completamente isto sim, este concurso realizado de âmbito estadual, agora possibilitando a volta daqueles professores, que tiveram de deslocar da sua cidade, deixando seus familiares, retornando ao seu lar e à sua sala de aula.

É por isso, que me congratulo, com o requerimento apresentado, mas congratulo também, com as medidas do Governo Jayme Canet Júnior, que deu início a este trabalho tão esperado pela classe dos professores.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação.

Os Srs. Deputados favoráveis, permaneçam como estão.

APROVADO. — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa registra, com satisfação, a presença no plenário, do Sr. Dorival Gorski, Presidente do MDB de Campo Mourão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que seja alertada a firma empreiteira da obra de pavimentação asfáltica da estrada PR-151, sobre a morosidade como vem sendo executado esse serviço. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Prefeito Municipal, e aos Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel, pela feliz e brilhante

iniciativa pela criação da CODEVEL.— Aprovado.— Ao Departamento Legislativo.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado, que já é matéria vencida.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Vossa Excelência anunciou o resultado, já é matéria vencida.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa pede desculpas ao nobre Deputado, mas há havia anunciado o resultado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas, Sr. Presidente, Vossa Excelência não percebeu que os Deputados já haviam se manifestado, como Vossa Excelência havia dito, todos se levantaram.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem.

O SR. NILSO SGUAREZI — Não houve nem contagem dos votos para...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere o pedido do nobre Deputado e colocará novamente em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, Vossa Excelência depois de anunciar o resultado, já iniciava a leitura de um outro requerimento para ser posto em votação. Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa colocará novamente em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se. (Pausa)

Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa)

21 Srs. Deputados o aprovam; 17 o rejeitam.

Aprovado o requerimento.— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, justificando seu voto favorável ao requerimento de apoio à Emenda Benevides, apresentado pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.— Registre-se nos Anais.— Ao Departamento Legislativo.

“REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem pelo presente, justificar seu voto favorável ao requerimento de apoio à emenda Benevides.

E o faz por três razões:

1.º — A democracia se tornou inadiável no contexto brasileiro, pois a espera já se estende por 15 (quinze) anos.

2.º — A democracia não significa tumulto, pode significar participação que às vezes é confundida por tumulto.

3.º — Democracia é uma ordem política de índole cristã que está sendo exigida pela igreja e todo o seu povo, também o povo brasileiro.

Agradeço a atenção da Mesa.

Sala das Sessões, em 02 de abril de 1979

Gernote Kirinus”

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 3, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 127/78 e dos Projetos de Resolução n.ºs 01, 02 e 03/79.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 147, 187 e 188/78 e 02/79.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151/78.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOSÉ TAVARES, EM SESSÃO DO DIA 2 DE ABRIL DE 1979.

“DOCENTES NÃO ACEITAM ADMINISTRADOR DO HU

O coronel de Exército e administrador hospitalar Rubens Passerino Moura é diretor-superintendente do Hospital Universitário Regional há apenas vinte dias. Mas se depender de quase setenta docentes da instituição, ele não permanece mais um dia no cargo. Em assembléia realizada ontem pela manhã, no HURNP, os docentes decidiram enviar ao reitor em exercício, Pedro Vasconcelos Barros, um manifesto pedindo o afastamento de Moura.

Os docentes alegam que faltam ao coronel “condições emocionais” para dirigir o hospital. Querem também que seja revogado um Regimento Interno que ele baixou por esses dias, por considerar o documento “pouco adequado” à realidade do HURNP. Segundo os docentes, nesse pouco tempo à testa do hospital, o coronel Moura implantou um verdadeiro regime de repressão, que acabou se evidenciando ontem: todos os professores ouvidos pela FOLHA preferiram omitir seus nomes. Na verdade, já se tem como certo que pelo menos meia dúzia de demissões serão feitas.

AS LISTAS DE BOATOS

Indícios para isso não faltam: os docentes acreditam que não é à toa que nos últimos dias o hospital foi invadido por uma onda de boatos, dando conta da existência de certas listas, nas quais estariam relacionados os nomes dos possíveis demitidos. Só que estas listas tem variado de conteúdo: o mesmo professor que constaria de uma lista hoje, amanhã teria sido substituído por outro colega. Segundo lembraram os docentes ouvidos ontem, informalmente, quase sempre se comentava que estariam incluídos em tais listas — que ninguém chegou a ver — nomes que se situariam na posição que a Reitoria considera “oposição”.

Na verdade, dizem os docentes ouvidos, o clima de trabalho no hospital já não era bom há cerca de um mês; uma semana antes da posse de Moura, circulou pela instituição uma carta anônima, “denunciando” alguns professores como “criadores de caso”. A partir daí começaram a circular os boatos de docentes ameaçados de ir para a rua. Em assembléia realizada naquela época, os docentes fizeram um abaixo assinado, encaminhando à Reitoria, repelindo os termos utilizados em tal carta e pedindo abertura de inquérito para se saber da sua origem. Até hoje não tiveram uma resposta de qualquer providência tomada a esse respeito.

ORDEM ANTI-ÉTICA

Após a posse do coronel Moura — como recordam os docentes — a situação acabou se tornando insustentável. Mesmo porque o superintendente vem repetindo, com insistência, que tem o amparo e o apoio de forças poderosas como o Serviço Nacional de Informações, a Polícia Federal, o 3.º Exército, o governador Ney Braga e o ex-reitor Oscar Alves Moura. Pode ser visto também pelos corredores, aos gritos; quando não, mandando que uma atendente dê alta para um paciente — afirmam os médicos.

Além de tudo, é acusado de haver baixado uma ordem de serviço “anti-ética”: todos os doentes beneficiados do INAMPS, internados no Universitário, deverão ficar, necessariamente, 24 horas no mínimo. Segundo lembraram os docentes, Moura está se valendo de recursos pouco adequados para cumprir um acordo existente com o Instituto. Por esse acordo, se o paciente não necessitar de internação por um prazo maior que 24 horas, o Instituto não se obriga a pagar sua conta.

ATO CONTRA A VIDA

Pela ordem de serviço do coronel, se o médico der alta

antes das 24 horas, fica responsável pelo pagamento das contas do paciente. Os docentes enfatizam que essa norma é impraticável e traz prejuízos para o hospital e para os próprios pacientes. O setor mais atingido — alegam — é o de Pronto Socorro, especialmente a Pediatria.

Um estudo preliminar feito na Pediatria mostra que — em aplicando-se a ordem de serviço — durante um ano, mil crianças deixariam de ser atendidas no setor de hidratação. Além disso, se forem necessárias, por exemplo 8 horas para reidratar uma criança e ela for obrigada a permanecer mais 18 horas, sem indicação médica, corre o risco de adquirir infecção hospitalar. “Os médicos estariam praticando ato contra a vida de seu próprio paciente” — argumentam os docentes.

UM PEDIDO DE DEMISSÃO

Há quatro dias a situação começou a ficar mais crítica. Preocupados com as consequências da aplicação da tal “ordem de serviço”, os plantonistas do Pronto Socorro se reuniram e decidiram encaminhar ao diretor um pedido para que reconsiderasse a ordem. O chefe do Pronto Socorro, Fernando Costa, foi pessoalmente levar a reivindicação ao coronel Moura. Na verdade, Costa pouco falou: foi expulso da sala — afirmavam os docentes — sob o argumento de que essa era mais uma forma de oposição ao atual diretor-clínico do hospital, Rui Vianna Jr. Nesta quinta-feira Fernando Costa pediu demissão de seu cargo no Pronto Socorro. Os docentes consideram inconcebível que um profissional de reconhecida qualidade e competência como Fernando Costa, receba um tratamento destes.

FEITO NO JOELHO

Outro ponto de atrito entre docentes e o diretor do HURNP é o Regimento Interno estabelecido pelo coronel Moura. Esse documento — segundo os docentes — não levou nem dois dias para ser confeccionado e a impressão que eles têm é que “foi redigido no joelho”, pois “nem de longe retrata e respeita a verdadeira estrutura do hospital”.

Os docentes estranham essa atitude da diretoria, uma vez que desde 1977 dorme nas gavetas — não sabem em quais — um projeto de Regimento Interno aprovado pela Comissão Departamental. Conforme recordam, desde aquela época já consideravam importante a existência de um Regimento, para que o hospital tivesse uma boa estrutura de funcionamento. Afinal, ali devem conviver as atividades de docentes de diversas categorias, voltados para o ensino, junto com residentes, internos, enfermeiros e pessoal para-médico.

Sendo assim, uma comissão de docentes ouviu os colegas — através dos diversos departamentos — e procurou fazer um regimento que se voltasse e tivesse a participação dos representantes das mais diferentes esferas. O documento foi aprovado pelo Conselho Departamental. Mas até hoje não se sabe porque não seguiu os trâmites normais. Está parado.

COM SEUS INDICADOS

Os docentes explicam que existem duas diferenças básicas entre o regimento que preparam, “de forma mais abrangente e democrática” e o que foi instituído pelo coronel Moura, com a aprovação do reitor em exercício, na época, Pedro Vasconcelos Barros. As diferenças estão na estrutura do Conselho Diretor e na questão disciplinar.

O Conselho Diretor — segundo projeto dos docentes — seria integrado por chefes de departamentos (com atividades no HU), pelo diretor do Centro de Ciências da Saúde mais representante discente, superintendente, Comissão de Internato e Residência Médica, além dos diretores médico, odontológico, de enfermagem, farmácia e bioquímica.

Mas o coronel Moura teve outra interpretação da formação desse conselho: é integrado por ele mesmo, além do diretor do CCS e dos diretores médico, odontológico, e de enfermagem

— os três últimos indicados por ele. E estabeleceu ainda que as decisões são tomadas por maioria simples. Donde os docentes deduzem que quem decide é o próprio superintendente, uma vez que além dele só um outro membro não é elemento de sua confiança, já que escolhe outros três.

UMA ELEIÇÃO DIRETA

Conforme enfatizam os docentes, pelo atual regimento, o superintendente tem amplas condições de punir um docente. Com isso não concordam, partindo do pressuposto de que o docente está afeto a uma estrutura maior, que é o Centro de Ciências da Saúde, através do chefe de departamento ou do Conselho Departamental. Argumentam também que a atribuição não deve estar na mão de uma pessoa que não faz parte da estrutura universitária.

Os docentes também não se conformam em não poder escolher, em eleições livres e diretas, seu diretor clínico. Na verdade, o Hospital Universitário — desde que fundiu-se com o Hospital “Noel Nutels” — nunca teve um diretor clínico eleito pelos colegas.

INTERVENÇÃO INDEVIDA

Os docentes consideram que a atuação do coronel Moura pode ser descrito como “a atuação indevida de um indivíduo que não conhece a realidade do Hospital Universitário, que vem para cá com falsos conceitos e com atitudes repressivas”. Uma norma de conduta que os docentes não aceitam, uma vez que, como argumentaram, a comunidade científica do HURNP é respeitada e de valor reconhecido no país inteiro.

Para eles, no lugar do coronel Moura deveria ser elevado ao cargo um membro do corpo docente. Mesmo porque já se confessam cansados e desgastados com o fato de verem, constantemente, pessoas de reconhecida incapacidade serem guindadas aos níveis da administração superior.

Eles deixam claro que não pensam em se demitir voluntariamente. E que o manifesto encaminhado ontem é um aviso à Reitoria de que pretendem trabalhar em paz, como vinham fazendo nos primeiros meses da gestão do reitor José Carlos Pinotti. Se serão ou não atendidos, os docentes ainda não sabem. Pelo sim, pelo não, acabaram criando, ontem mesmo, um órgão de defesa da classe: a Associação dos Docentes do Hospital Universitário Regional do Norte do Paraná.

Então estão propensos a acreditar que o coronel Moura está usando indevidamente o nome de autoridades e órgãos de segurança para manter seu domínio. Mesmo porque ainda não entendem como, “enquanto o Presidente Figueiredo diz que está de mãos estendidas para a conciliação, outra mão nos dê um tapa desses”.

TERMO DE RECEBIMENTO DE CHAPAS

Por determinação do Senhor Presidente do FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR, os abaixo assinados, reuniram-se no dia dois de abril de um mil novecentos e setenta e nove, nas dependências da Secretaria do Fundo, localizada no 3.º andar do Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a finalidade de receber as chapas que concorrerão às eleições de Presidente, Conselheiros e Suplentes do FEPPA, a realizar-se no próximo dia dezesseis.

Às dezessete horas, como preceitua o artigo 40 do Regulamento da Lei 6639/74, foi encerrado o prazo para recebimento das chapas, tendo sido apresentada, no prazo legal apenas uma chapa, em requerimento assinado por vinte e um Senhores associados. A referida chapa tem como candidatos os seguintes Senhores associados. Para PRESIDENTE — JORGE SATO; Para Conselheiros DOMÍCIO SCARAMELLA, PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO e FLORIVALDO PALÁCIOS; Para SUPLENTE, respectivamente, TRAJANO BAS-

TOS DE OLIVEIRA, WERNWE WANDERER E IVO THOMAZONI.

Às dezessete horas e dez minutos, foilavrado o presente termo, assinado pelos funcionários designados para recebimento das chapas, e pelos associados presentes, que testemunharam o ato.

Em Curitiba, 02 de abril de 1979.

Ihor Baranhuk

Raul Ziperer

Werner Wanderer

Osório Valter Pietrângelo

Glacy Beliche

Nilso R. Sguarezi

Jorge Sato

Antônio Facci

Portarias:

PORTARIA N.º 199/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA ELGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2519, de 21 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

transferir, para época oportuna, as férias concedidas pela Portaria n.º 447/78, ao funcionário RAIMUNDO CARLOS CAPELA PIOLI, matrícula n.º 320, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 201/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2532, de 21 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar SÍLVIO NEVES DA ROCHA, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Fuad Nacli, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 202/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2459, de 20 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar ANNIBAL DUMONT, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Lázaro Dumont, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 203/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2340, de 16 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar VERÍSSIMA OLIVEIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Rosário Pitelli, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 20 de março de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 204/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2655, de 23 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

autorizar, JISLANE MARA PERETTI, ocupante do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado Edilson Alencar, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 1.º de abril do corrente ano.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de março de 1979

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 205/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 12222, de 20 de dezembro de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar, a pedido, a Portaria n.º 97/78, de 27 de março de 1978, que designou o funcionário adido a este Poder, JOSÉ NATÁLIO DE CASTRO E SILVA, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Lineu Mansani Turra; e,

II — designar o funcionário acima mencionado, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a partir de 1.º de janeiro de 1979.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral

PORTARIA N.º 206/79

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2690, de 26 de março de 1979, deste Poder,

RESOLVE:

constituir Comissão de Sindicância, composta pelos funcionários ALBERTO CARAZZAI NETO, matrícula n.º 093, MÁRIO HENRIQUE DA CRUZ, matrícula n.º 148 e NELSON SÍLVIO SALLES, matrícula n.º 491, para, sob a presidência do primeiro, apurar responsabilidade, conforme solicitado no protocolado n.º 2690/79.

Gabinete da Diretoria Geral, em 30 de março de 1979.

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN

Diretor Geral